



Assú Transmissora de Energia Ltda.

**Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2025 e relatório do
auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Quotistas
Assú Transmissora de Energia Ltda

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Assú Transmissora de Energia Ltda ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa no 933, de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa no 933, de 28 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Outros assuntos



Assú Transmissora de Energia Ltda

Demonstrações financeiras societárias

A Assú Transmissora de Energia Ltda preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos nosso correspondente relatório de auditoria independente, sem ressalvas, com data de 27 de março de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.



Assú Transmissora de Energia Ltda

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de abril de 2026

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Gabriel Pintarelli Fialho
Contador CRC 1PRO66300/O-1

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REGULATÓRIAS 2025
ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**

SUMÁRIO

1 – relatório anual da administração	3
1.1 Contexto Operacional	3
1.2 Organograma da Empresa	4
1.3 Governança Corporativa	4
1.4 Política de Qualidade	5
1.5 Declaração da Diretoria	5
1.6 Relação com o Auditor Independente	5
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS	7
Ativos Regulatórios	7
Passivos Regulatórios	8
Demonstrações de Resultados Regulatórios	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatórios	10
Demonstrações do Resultado Abrangente	11
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	12
NOTAS EXPLICATIVAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS	13
NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL	13
NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS	14
NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS REGULATÓRIAS	14
3.1 - Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes	14
3.2 - Compensações Entre Contas	14
3.3 - Caixa e equivalentes de caixa	15
3.4 – Imobilizado e Intangível	15
3.5 Empréstimos e Financiamentos	15
3.6 - Receita de aplicação financeira	15
3.7 - Apuração de resultado	15
3.8 - Forma de tributação	15
3.9 - Provisões 15	
3.10 - AFAC – Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	15
3.11 - Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis	16
3.12 Mensuração do Valor Justo	16
3.13. RISCOS 17	
3.13.1 Estimativas e premissas contábeis críticas	17
3.13.2 Gestão de risco financeiro	17
3.13.3 Riscos de taxas de juros	18
3.13.4 Risco de crédito	18
3.13.5 Risco de liquidez	18
3.13.6 Gestão de risco de capital	18
3.14 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações	18
NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	20
NOTA 6 – IMPOSTOS A RECUPERAR	20
NOTA 7 – ESTOQUES	20
NOTA 8 – IMOBILIZADO	21
NOTA 9 - INTANGÍVEL	21

NOTA 10 - FORNECEDORES	22
NOTA 11 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	22
NOTA 12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS	23
NOTA 13 – OBRIGAÇÕES COM QUOTISTAS	23
NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES	23
NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
NOTA 16 – REMUNERAÇÃO DOS ATIVOS DA CONCESSÃO, LÍQUIDA	24
NOTA 17 – GERAIS E ADMINISTRATIVAS	24
NOTA 18 – RESULTADO FINANCEIRO	25
NOTA 19 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	25
NOTA 20 - NOTAS DE AJUSTES DA CONTABILIDADE REGULATÓRIA x SOCIETÁRIA 26	
20.1 – Ativo da Concessão	32
20.2 - Imobilizado	32
20.3 - Obrigações com Quotistas	33
20.4 Empréstimos e Financiamentos	33
20.5 - Impostos Diferidos	33
20.6 - Resultado a Disposição da Assembleia	33
20.7 - Receitas operacionais	33
20.8 - Custos Operacionais e Despesas Operacionais - Provisões	33

1 – RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

1.1 Contexto Operacional

A Assú Transmissora de Energia Ltda. é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica, iniciou suas atividades em 08 de fevereiro de 2018, está registrada no CNPJ sob nº 29.740.261/0001-20, e Escritura Pública de Constituição de Empresa Anônima Fechada nº 0884-N, às folhas 212, e em 30 de dezembro de 2024 transformada em Empresa “Ltda”, segue sob a forma de subsidiária integral de Cesbe Participações S.A., com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua João Negrão, nº 2226, bairro Prado Velho, CEP 80230-150, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 05/2018, Lote 5 - ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público, publicado no Diário Oficial da União, edição 48, de 12 de março de 2018, seção 3, página 104, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas do Lote 5 do Edital do Leilão nº 02/2017 - ANEEL - “Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão”.

A Empresa tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do sistema interligado nacional, especificamente das instalações constituídas por: instalações de transmissão localizadas no estado do Rio Grande do Norte, compostas na subestação Açú III, pelos pátios 500/230kv, 3ª e 4ª unidades de transformação - (6+1 res) x 300 mva; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

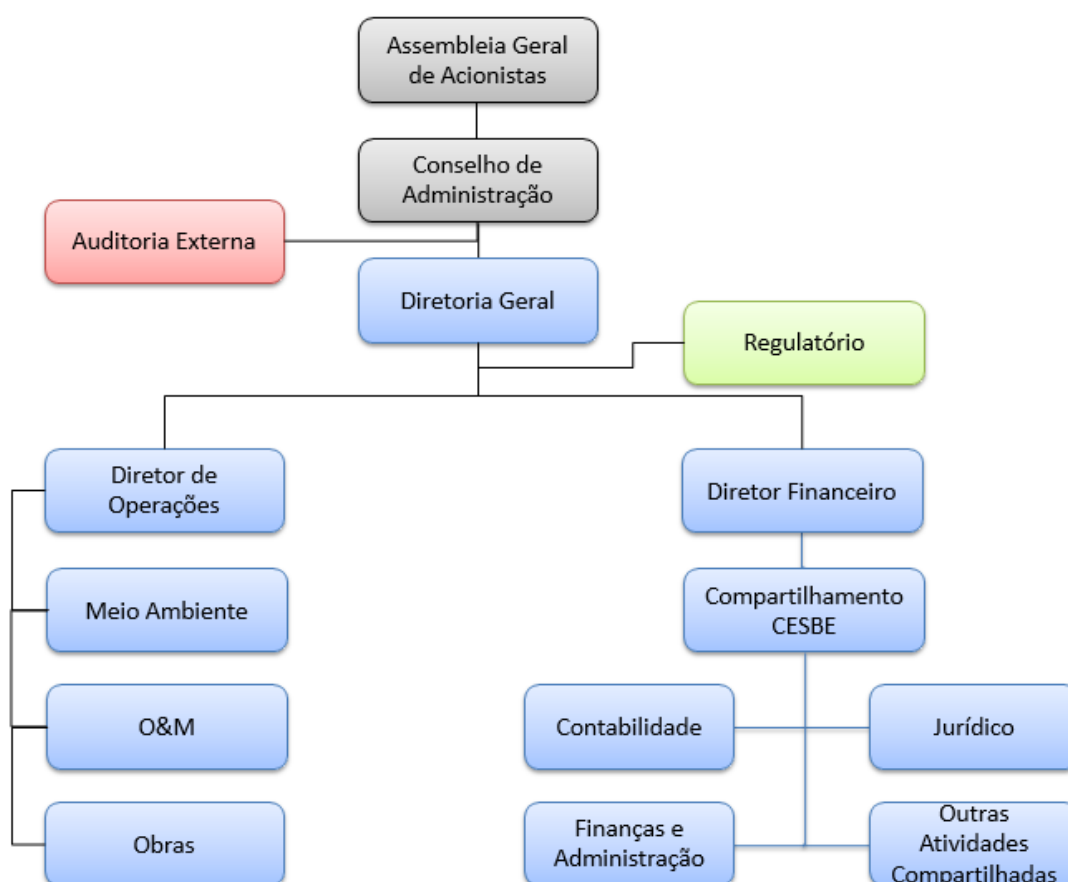
São ainda de responsabilidade da Assú Transmissora de Energia Ltda. a implementação de: trechos de Linhas de Transmissão em 230 kV, circuitos duplos, compreendidos entre a SE Açú III e os pontos de seccionamentos de: Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Mossoró II, primeiro circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Mossoró II, segundo circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Lagoa Nova II, primeiro circuito; as entradas de linha correspondentes na Subestação Açú III, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas das referidas linhas nas subestações Açú II, Mossoró II e Lagoa Nova II.

A subestação de Açú III entrou em operação comercial em 22 de novembro de 2021, com o Termo de Liberação Provisória, sendo emitido os Termos de Liberação Definitivo no ano de 2022.

Ao final do prazo da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à transmissão de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e, ainda, não amortizados.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a Empresa atua, e representam a posição patrimonial e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2025, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025.

1.2 Organograma da Empresa



1.3 Governança Corporativa

No intuito de fornecer informações aos seus acionistas com agilidade, qualidade e transparência, a Companhia possui um Conselho de Administração, constituído desde o início de suas atividades, é composto por membros efetivos e suplentes representantes de seus acionistas, com o objetivo de estabelecer as diretrizes fundamentais para a Companhia, verificar e acompanhar sua execução.

A Assú Transmissora de Energia Ltda. realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da Transmissora e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns ao Grupo Cesbe.

1.4 Política de Qualidade

A Assú Transmissora de Energia Ltda. respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes da Administração o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica, formalizadas pelas seguintes linhas estratégicas:

- (i) gestão corporativa desafiadora e ética, com foco no cliente e em resultados;
- (ii) atendimento dos requisitos regulatórios do setor, devidamente alinhado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;
- (iii) conscientização do público interno quanto ao Sistema de Gestão da Qualidade;
- (iv) cumprimento das Normas de Segurança; e
- (v) aperfeiçoamento da qualidade nos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão e subestações.

1.5 Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e com a opinião dos auditores independentes expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

1.6 Relação com o Auditor Independente

A Companhia contratou a PricewaterhouseCoopers para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REGULATÓRIAS 2025
ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS

Ativos Regulatórios

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

ATIVO	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>13.051</u>	<u>8.776</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	9.557	5.309
Contas a Receber de Clientes	5	883	892
Impostos a Recuperar	6	149	126
Estoques	7	2.311	2.311
Despesas Antecipadas		151	138
<u>NÃO-CIRCULANTE</u>		<u>125.747</u>	<u>128.949</u>
Imobilizado	8	74.730	77.346
Intangível	9	51.017	51.603
TOTAL DO ATIVO		<u>138.798</u>	<u>137.725</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.

Passivos Regulatórios

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2025	2024
CIRCULANTE		7.089	7.399
Fornecedores	10	1.199	1.295
Empréstimos e Financiamentos	11	5.113	4.662
Obrigações Fiscais	12	403	267
Obrigações com Quotistas	13	-	908
Outras Obrigações	14	374	267
NÃO-CIRCULANTE		63.230	68.688
Empréstimos e Financiamentos	11	62.037	67.313
Outras Obrigações	14	1.193	1.193
Adiant. Futuro Aumento de Capital Social		-	182
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	68.479	61.638
Capital Social		51.000	51.000
Resultado a Disposição da Assembleia		17.479	10.638
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		138.798	137.725

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.

Demonstrações de Resultados Regulatórios

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM
 (Em milhares de Reais, Exceto Lucro por Ação)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO RESULTADO REGULATÓRIAS

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita Operacional Líquida	16	20.089	19.508
(-) Custos	17	(5.389)	(6.450)
Lucro Bruto		14.700	13.058
<i>Receitas (Despesas) Operacionais</i>		(94)	(98)
Gerais e Administrativas	18	(94)	(98)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		14.606	12.960
<i>Resultado Financeiro</i>	19	(5.062)	(6.559)
Receitas Financeiras		904	526
Despesas Financeiras		(5.966)	(7.085)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		9.544	6.401
Imposto de Renda e Contribuição Social		(932)	(785)
Resultado Líquido do Exercício		8.612	5.616
Lucro por Quota:		0,169	0,110

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatórios

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Lucros à Disposição da Assembleia	Resultado Líquido do Exercício	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2023	51.000	2.798	2.224	-	56.022
Reversão Reserva Legal	-	(2.798)	2.798	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	5.616	-	5.616
Em 31 de dezembro de 2024	51.000	-	10.638	-	61.638
Distribuição de Lucros	-	-	(1.771)	-	(1.771)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	8.612	-	8.612
Em 31 de dezembro de 2025	51.000	-	17.479	-	68.479

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.

Demonstrações do Resultado Abrangente

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro Líquido do Exercício	8.612	5.616
Outros Resultados abrangentes reclassificados para exercício em períodos subsequentes		
Total de Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	8.612	5.616

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM
MÉTODO INDIRETO
 (Em milhares de Reais)

DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2025	2024
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	9.544	6.401
Ajustado por:		
Doações de Imobilizados Recebidos	-	(364)
Depreciação e Amortização	3.202	4.919
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	12.746	10.956
Créditos a receber	9	(447)
Impostos a Recuperar	(23)	18
Despesas Antecipadas	(13)	2
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	(27)	(427)
Fornecedores	(96)	32
Obrigações Fiscais	136	(75)
Pagamento de IRPJ e CSLL	(932)	(785)
Obrigações com Acionistas	(2.679)	(240)
Outras Obrigações	107	90
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	(3.464)	(978)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	9.255	9.551
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(182)	(3.608)
Operação de Empréstimos e Financiamentos	(4.825)	(4.295)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(5.007)	(7.903)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.248	1.648
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	5.309	3.661
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	9.557	5.309

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Assú Transmissora de Energia Ltda. é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica, iniciou suas atividades em 08 de fevereiro de 2018, está registrada no CNPJ sob nº 29.740.261/0001-20, e Escritura Pública de Constituição de Empresa Anônima Fechada nº 0884-N, às folhas 212, e em 30 de dezembro de 2024 transformada em Empresa “Ltda”, segue sob a forma de subsidiária integral de Cesbe Participações S.A., com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua João Negrão, nº 2226, bairro Prado Velho, CEP 80230-150, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 05/2018, Lote 5 - ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público, publicado no Diário Oficial da União, edição 48, de 12 de março de 2018, seção 3, página 104, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas do Lote 5 do Edital do Leilão nº 02/2017 - ANEEL - “Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão”.

A Empresa tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do sistema interligado nacional, especificamente das instalações constituídas por: instalações de transmissão localizadas no estado do Rio Grande do Norte, compostas na subestação Açú III, pelos pátios 500/230kv, 3ª e 4ª unidades de transformação - (6+1 res) x 300 mva; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

São ainda de responsabilidade da Assú Transmissora de Energia Ltda. a implementação de trechos de Linhas de Transmissão em 230 kV, circuitos duplos, compreendidos entre a SE Açú III e os pontos de seccionamentos de: Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Mossoró II, primeiro circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Mossoró II, segundo circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Lagoa Nova II, primeiro circuito; as entradas de linha correspondentes na Subestação Açú III, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas das referidas linhas nas subestações Açú II, Mossoró II e Lagoa Nova II.

A subestação de Açú III entrou em operação comercial em 22 de novembro de 2021, com o Termo de Liberação Provisória, sendo emitido os Termos de Liberação Definitivo no ano de 2022.

Ao final do prazo da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à transmissão de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e, ainda, não amortizados.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a Empresa atua, e representam a posição patrimonial e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2025, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025.

NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS

As Demonstrações financeiras para fins regulatórios foram elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, reestruturado e aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa n.º 933, de 28 de maio de 2021.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e pronunciamentos contidos no Plano de Conta do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar, necessariamente, uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas na nota 19, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações financeiras preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 27 de março de 2026.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

3.1 - Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 - Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço.

3.4 – Imobilizado e Intangível

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzidos da depreciação/reintegração que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Aneel.

O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição deduzidos da amortização que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Aneel e/ou pelo seu prazo de concessão.

3.5 Empréstimos e Financiamentos

As obrigações são atualizadas pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos.

3.6 - Receita de aplicação financeira

A receita de aplicação financeira é reconhecida em base pro rata dia com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros.

3.7 - Apuração de resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.8 - Forma de tributação

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis, sendo aplicados para esta Companhia, os critérios relativos às apurações baseadas no lucro presumido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são cálculos com base no valor líquido dos ativos construídos.

3.9 - Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.10 - AFAC – Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Os Aportes de capital foram efetuados na modalidade de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

3.11 - Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das demonstrações financeiras.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras são:

- (a) Provisão para perdas de liquidação duvidosa (PCLD);
- (b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- (c) Impairment dos ativos financeiros, imobilizados e intangíveis; e,
- (d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

3.12 Mensuração do Valor Justo

A Empresa mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e,
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Empresa.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Empresa determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.13.RISCOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.13.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.13.2 Gestão de risco financeiro

A companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

(a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

(b) Aplicações Financeiras: São classificadas como mantidos para negociação e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

(d) Valor justo: Não há instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

(e) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

3.13.3 Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros, primando pela equiparação dos indexadores.

3.13.4 Risco de crédito

A companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas e de suas políticas de crédito e cobrança.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

3.13.5 Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

3.13.6 Gestão de risco de capital

Os objetivos da companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus quotistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

3.14 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB

emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Bancos Conta Movimento	11	28
Aplicações Financeiras (i)	9.546	5.281
Total	9.557	5.309

(i) Aplicações Financeiras

Banco	Tipo	Liquidez	2025	2024
Banco Santander	Renda Fixa	Imediata	6	4
Banco do Nordeste - BNB	Renda Fixa	Garantia	4.136	3.715
Banco Itaú	Renda Fixa	Imediata	5.404	1.562
	Total		9.546	5.281

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Empresa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro, com média de rendimento de 101,78% da CDI no Itaú e com média de rendimento de 83,75% da CDI no BNB.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Saldo a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2025	2024
Encargos de uso da rede elétrica	571	116	196	883	892
Total	571	116	196	883	892

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os AVC's - avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão. O saldo de clientes está demonstrado em Reais – R\$.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Empresa, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

NOTA 6 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	2025	2024
IRRF Retido	97	75
Pis/Cofins/CSLL Retido	52	51
Total	149	126

NOTA 7 – ESTOQUES

	2025	2024
Materiais Sobressalentes	2.190	2.190
Adiantamentos à fornecedores	121	121
Total	2.311	2.311

NOTA 8 – IMOBILIZADO

Síntese da movimentação do ativo imobilizado

Ativo Imobilizado	31/12/2024				31/12/2025		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Saldo inicial líquido	Depreciação	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Saldo final líquido
Terrenos	75	-	75	-	75	-	75
Edificações e Benfeitorias	6.201	(514)	5.687	(223)	6.201	(737)	5.464
Máquinas e Equipamentos	77.087	(5.518)	71.569	(2.392)	77.087	(7.910)	69.177
Móveis e Utensílios	4	(1)	3	-	4	(1)	3
Equipamentos de Informática	16	(4)	12	(1)	16	(5)	11
	83.383	(6.037)	77.346	(2.616)	83.383	(8.653)	74.730

Ano Anterior

Ativo Imobilizado	31/12/2023				31/12/2024		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Saldo inicial líquido	Depreciação	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Saldo final líquido
Terrenos	75	-	75	-	75	-	75
Edificações e Benfeitorias	6.201	(314)	5.887	(200)	6.201	(514)	5.687
Máquinas e Equipamentos	77.087	(3.476)	73.611	(2.042)	77.087	(5.518)	71.569
Móveis e Utensílios	4	-	4	(1)	4	(1)	3
Equipamentos de Informática	16	(2)	14	(2)	16	(4)	12
	83.383	(3.792)	79.591	(2.245)	83.383	(6.037)	77.346

NOTA 9 - INTANGÍVEL

Síntese da movimentação do ativo intangível

Intangível	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2024				31/12/2025		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo inicial líquido	Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo final líquido
Software	20,00%	165	(73)	92	(16)	165	(89)	76
Software em Serviço	0%	57.023	(5.512)	51.511	(570)	57.023	(6.082)	50.941
		57.188	(5.585)	51.603	(586)	57.188	(6.171)	51.017

Ano Anterior

Intangível	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2023				31/12/2024		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo inicial líquido	Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo final líquido
Software	20,00%	165	(45)	120	(28)	165	(73)	92
Software em Serviço	0%	57.023	(3.231)	53.792	(2.281)	57.023	(5.512)	51.511
		57.188	(3.276)	53.912	(2.309)	57.188	(5.585)	51.603

NOTA 10 - FORNECEDORES

	2025	2024
Fornecedores	1.199	1.295
Total	1.199	1.295
A vencer em até 30 dias	1.199	1.295
Total	1.199	1.295
Em Reais R\$	1.199	1.295
Em Reais R\$	1.199	1.295

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia.

NOTA 11 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2025				Vencimento								
Banco	Modalidade	Juros	Garantia	Curto Prazo	Longo Prazo	Em até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 Anos	Acima de 5 anos	Total
Banco do Nordeste	Financiamento	2,67% a.a. + IPCA	Ações da Cia	5.113	62.037	5.113	5.113	5.592	6.096	6.648	38.588	67.150
Total						5.113	5.113	5.592	6.096	6.648	38.588	67.150

Em 31 de Dezembro de 2024				Vencimento								
Banco	Modalidade	Juros	Garantia	Curto Prazo	Longo Prazo	Em até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 Anos	Acima de 5 anos	Total
Banco do Nordeste	Financiamento	2,67% a.a. + IPCA	Ações da Cia	4.662	67.313	4.662	4.656	5.112	5.592	6.096	45.857	71.975
Total						4.662	4.656	5.112	5.592	6.096	45.857	71.975

Saldos em 2023	76.270
Pagamentos de Principal	(4.236)
Pagamentos de Juros	(6.130)
Juros Capitalizados	6.071
Saldos em 2024	71.975
Pagamentos de Principal	(4.656)
Pagamentos de Juros	(4.918)
Juros Capitalizados	4.749
Saldos em 2025	67.150

Os financiamentos estão garantidos por ações da Cia. São reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados o saldo devedor atualizado. Em 31 de dezembro de 2024, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida.

relacionado a cláusulas restritivas (“covenants financeiros e não financeiros”).

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2025	2024
IRPJ a Recolher	211	126
CSLL a Recolher	98	65
Pis a Recolher	11	10
Cofins a Recolher	54	47
INSS a Recolher	11	9
Pis/Cofins e CSLL a Recolher	11	5
ISS a Recolher Terceiros	5	4
IRRF a Recolher	2	1
Total	403	267

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES COM QUOTISTAS

	2025	2024
Obrigações Com Acionistas/Quotistas	-	908
Total	-	908

O montante de R\$ 908 (foi liquidado durante o exercício de 2025). Em 30/12/2024 através da ATA de Assembleia Geral Extraordinária a Empresa deixou de ser uma empresa “S.A.” e transformou-se em uma empresa “LTDA”.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2025	2024
Encargos Setoriais a Recolher	374	267
Instalações Recebidas em Transferência	1.193	1.193
Total	1.567	1.460
Curto Prazo	374	267
Longo Prazo	1.193	1.193
Total	1.567	1.460

As instalações recebidas em transferência referem-se a bens recebidos sem ônus à Empresa, devendo ser integrados ao patrimônio da união ao final do período de concessão. Estas instalações estão registradas como contrapartida no Ativo da Concessão (Nota 08)

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social subscrito é de R\$ 51.000 (Cinquenta e um milhões de reais), dividido em 51.000.000 quotas sem valor nominal, que em 31/12/2025 representa o montante de R\$ 51.000 (Cinquenta e um milhões de reais).

As Reservas de Lucro foram constituídas com o objetivo de reter parte dos lucros gerados pela empresa, visando fortalecer sua posição financeira e garantir maior flexibilidade para enfrentar futuras necessidades de investimentos ou contingências, esta medida visa fortalecer sua estrutura de capital e lidar com eventuais desafios econômicos, sempre com o objetivo de preservar sua saúde financeira a longo prazo.

NOTA 16 – REMUNERAÇÃO DOS ATIVOS DA CONCESSÃO, LÍQUIDA

	2025	2024
Receita de Transmissão	21.057	20.475
Receita Operacional Bruta	21.057	20.475
	2025	2024
(-) Pis	(137)	(133)
(-) Cofins	(631)	(614)
(-) Encargos Setoriais	(200)	(220)
(-) Deduções da Receita	(968)	(967)
Receita Operacional Líquida	20.089	19.508

NOTA 17 – (-) CUSTOS DO ATIVO FINANCEIRO

	2025	2024
Depreciação e Amortização	(3.202)	(4.553)
Serviços de terceiros	(1.326)	(1.470)
Seguros	(214)	(244)
Conservação e Taxas	(318)	(181)
Outros	(329)	(2)
(-) Gerais e Administrativas	(5.389)	(6.450)

NOTA 18 – GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Serviços de terceiros	(23)	(60)
Despesas Legais	(45)	(37)
Manutenção	(19)	-
Outros	(7)	(1)
(-) Gerais e Administrativas	(94)	(98)

NOTA 19 – RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras	2025	2024
Rendimentos de Aplicações Financeiras	736	506
Ajuste a Valor Presente	-	2
Juros sobre recebimentos de Faturas em Atraso	168	-
Outras Receitas	-	18
Receitas Financeiras	904	526
Despesas Financeiras	2025	2024
(-) Despesas Bancárias	(64)	(83)
(-) Juros Financiamento	(5.869)	(6.984)
(-) Variações Monetárias	(33)	(18)
(-) Despesas Financeiras	(5.966)	(7.085)
Resultado Financeiro	(5.062)	(6.559)

NOTA 20 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A administração da Empresa, amparada na opinião dos assessores jurídicos, estima que não há provisões para contingências a serem constituídas ou divulgadas para cobrir eventuais perdas com processos judiciais em 2025.

**NOTA 21 - NOTAS DE AJUSTES DA
CONTABILIDADE REGULATÓRIA x SOCIETÁRIA**

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS

ATIVO	Nota	2025			2024		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<u>CIRCULANTE</u>		28.818	(15.767)	13.051	23.990	(15.214)	8.776
Caixa e Equivalentes de Caixa		9.557	-	9.557	5.309	-	5.309
Contas a Receber de Clientes		883	-	883	892	-	892
Impostos a Recuperar		149	-	149	126	-	126
Estoques		2.311	-	2.311	2.311	-	2.311
Despesas Antecipadas		151	-	151	138	-	138
Ativo Financeiro		15.767	(15.767)	-	15.214	(15.214)	-
<u>NÃO-CIRCULANTE</u>		124.138	1.609	125.747	128.683	266	128.949
Ativos da Concessão	21.1	124.061	(124.061)	-	128.576	(128.576)	-
Imobilizado	21.2	11	74.719	74.730	15	77.331	77.346
Intangível		66	50.951	51.017	92	51.511	51.603
TOTAL DO ATIVO		152.956	(14.158)	138.798	152.673	(14.948)	137.725

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2025			2024		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
CIRCULANTE		7.089	-	7.089	7.399	-	7.399
Fornecedores		1.199	-	1.199	1.295	-	1.295
Empréstimos e Financiamentos	21.4	5.113	-	5.113	4.662	-	4.662
Obrigações Fiscais		403	-	403	267	-	267
Obrigações com Acionistas	21.3		-	-	908	-	908
Outras Obrigações		374	-	374	267	-	267
NÃO-CIRCULANTE		73.004	(9.774)	63.230	78.729	(10.041)	68.688
Empréstimos e Financiamentos	21.4	62.037	-	62.037	67.313	-	67.313
Obrigações Fiscais Diferidas	21.5	9.410	(9.410)	-	9.678	(9.678)	-
Outras Obrigações		1.557	(364)	1.193	1.556	(363)	1.193
Adiant. Futuro Aumento de Capital Social			-	-	182	-	182
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		72.863	(4.384)	68.479	66.545	(4.907)	61.638
Capital Social		51.000	-	51.000	51.000	-	51.000
Reservas de Lucros	21.6	21.863	(4.384)	17.479	15.545	(4.907)	10.638
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		152.956	(14.158)	138.798	152.673	(14.948)	137.725

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em milhares de Reais, Exceto Lucro/Prejuízo por Quota)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO RESULTADO REGULATÓRIAS

	Nota	2025			2024		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita Operacional Líquida	21.7	16.099	3.990	20.089	16.278	3.230	19.508
(-) Custos		(1.364)	(4.025)	(5.389)	(1.162)	(5.288)	(6.450)
Lucro Bruto		14.735	(35)	14.700	15.116	(2.058)	13.058
<u>Receitas (Despesas) Operacionais</u>		<u>(94)</u>	<u>-</u>	<u>(94)</u>	<u>(98)</u>	<u>-</u>	<u>(98)</u>
Gerais e Administrativas		(94)	-	(94)	(98)	-	(98)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		14.641	(35)	14.606	15.018	(2.058)	12.960
<u>Resultado Financeiro</u>		<u>(5.742)</u>	<u>680</u>	<u>(5.062)</u>	<u>(7.239)</u>	<u>680</u>	<u>(6.559)</u>
Receitas Financeiras		904	-	904	527	(1)	526
Despesas Financeiras		(6.646)	680	(5.966)	(7.766)	681	(7.085)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		8.899	645	9.544	7.779	(1.378)	6.401
Contribuição Social e Imposto de Renda Corrente		(932)	-	(932)	(786)	1	(785)
Contribuição Social e Imposto de Renda Diferidos		122	(122)	-	89	(89)	-
Resultado Líquido do Exercício		8.089	523	8.612	7.082	(1.466)	5.616
Lucro por Quota:		0,159		0,169	0,139		0,110

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Lucros à Disposição da Assembleia	Resultado Líquido do Exercício	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2023	51.000	1.120	7.342	-	59.462
Reversão Reserva Legal	-	(1.120)	1.120	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	7.083	-	7.083
Em 31 de dezembro de 2024	51.000	-	15.545	-	66.545
Distribuição de Lucros	-	-	(1.771)	-	(1.771)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	8.089	-	8.089
Em 31 de dezembro de 2025	51.000	-	21.863	-	72.863

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro Líquido do Exercício	8.089	7.083
Outros Resultados abrangentes reclassificados para exercício em períodos subsequentes		
Total de Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	8.089	7.083

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM
MÉTODO DIRETO
 (Em milhares de Reais)

DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2025	2024
Resultado Líquido do Exercício	8.899	7.779
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização	3.992	3.279
Impostos Diferidos	(145)	(194)
Doações Recebidas	-	(364)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	12.746	10.500
Créditos a receber	9	(446)
Impostos a Recuperar	(23)	18
Despesas Antecipadas	(13)	2
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	(27)	(426)
Fornecedores	(96)	33
Obrigações Fiscais	(796)	(772)
Outras Obrigações	107	455
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	(785)	(284)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	11.934	9.790
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizados	-	2
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	-	2
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	(183)	(3.608)
Lucros/Dividendos Propostos	(2.678)	(241)
Operação de Empréstimos e Financiamentos	(4.825)	(4.295)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(7.686)	(8.144)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.248	1.648
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	5.309	3.661
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	9.557	5.309

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

21.1 – Ativo da Concessão

A concessão da ASSÚ Transmissora de Energia Ltda. está classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Empresa é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de performance de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto para Pessoa Jurídica -IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, que estão registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

21.2 - Imobilizado

Na contabilidade regulatória, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, todos os bens registrados no Relatório de Controle Patrimonial - RCP, são considerados Ativos de Concessão.

Na contabilidade societária da Companhia, estão registrados como imobilizados e intangíveis apenas bens de uso da administração da Companhia.

21.3 - Obrigações com Quotistas

O montante de R\$ 908 (foi liquidado durante o exercício de 2025. Em 30/12/2024 através da ATA de Assembleia Geral Extraordinária a Empresa deixou de ser uma empresa “S.A.” e transformou-se em uma empresa “LTDA”

21.4 Empréstimos e Financiamentos

As obrigações são atualizadas pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos.

21.5 - Impostos Diferidos

As obrigações fiscais diferidas são calculadas pelas diferenças temporárias sobre o ativo da concessão. O impacto no resultado de 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 122 (R\$ 89 em 31 de dezembro de 2024).

21.6 - Resultado a Disposição da Assembleia

O Resultado Líquido do período, nesta etapa de pré-operação, evidenciou as mutações nos resultados acumulados, onde as receitas provenientes dos ativos financeiros foram superiores aos custos/despesas.

21.7 - Receitas operacionais

Na contabilidade societária, as receitas societárias são calculadas com base no fluxo de caixa do ativo financeiro e são subdivididas em receita com juros, receita com atualização monetária e receita com O&M.

Na contabilidade regulatória a receita regulatória é proveniente da Receita Anual Permitida - RAP e mensurada mensalmente pelo ONS através do Aviso de Crédito - AVC. Essa receita dá origem a conta clientes e é o valor efetivamente faturado pela Companhia.

21.8 - Custos Operacionais e Despesas Operacionais - Provisões

A contabilidade regulatória registra a aquisição de imobilizados e/ou intangíveis como ativos da Companhia. Na contabilidade societária esses mesmos valores são registrados como custos ou despesas operacionais, conforma a sua natureza.

Curitiba-PR, 31 de março de 2026

Carlos de Loyola e Silva
Diretor Presidente

Paulo Roberto Studzinski
Contador – CRC/PR 064678/O-0